



5176 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)  
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

PESQUISAR A MASCULINIDADE NA EDUCAÇÃO: SOBRE O POTENCIAL PERFORMATIVO DO TEXTO ACADÊMICO

Leandro Teófilo de Brito - COLÉGIO PEDRO II

Miriam Soares Leite - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## **PESQUISAR A MASCULINIDADE NA EDUCAÇÃO: SOBRE O POTENCIAL PERFORMATIVO DO TEXTO ACADÊMICO**

### **Resumo**

Abordamos, neste estudo, publicações sobre a temática da masculinidade na área de Educação, por meio de revisão de artigos em periódicos nacionais entre 2007 e 2017. Considerando a noção de performatividade da linguagem, segundo teorizações de Jacques Derrida e Judith Butler, focalizamos o potencial performativo dos textos acadêmicos revisados, reconhecendo que os mesmos participam da criação de efeitos de realidade que constituem as sociedades, no recorte das disputas pela significação da masculinidade. Com esse propósito, problematizamos as conceitualizações de masculinidade mobilizadas nos artigos estudados, destacando sua fundamentação teórica para refletir sobre os potenciais efeitos performativos desses textos. Entre os resultados, constatamos a negação e a subalternização de masculinidades não normativas pelo viés da denúncia. Tal fato, joga pela superação desse quadro, mas por outro, reconhecemos que se a denúncia não é acompanhada da notícia da resistência, pode-se estar jogando pela consolidação do que se pretende combater, na medida em que se reitera seu poder.

**Palavras-chave:** Masculinidade; Performatividade; Gênero; Produção acadêmica; Revisão bibliográfica

O debate sobre a masculinidade ganha cada vez mais centralidade nas lutas em apoio à equidade de gênero. Entre as demandas contemporâneas, que cada vez mais colocam em xeque aspectos misóginos e machistas do cotidiano, torna-se mais frequente o reconhecimento de que os padrões tóxicos de masculinidade são danosos não somente às mulheres, mas também aos homens brancos, negros, heteros, cis, trans, deficientes, jovens, idosos, entre outras inúmeras identificações possíveis da masculinidade.

Nesse contexto, os estudos sobre homens e masculinidades são ainda uma vertente que busca maior reconhecimento no campo de estudos de gênero no país. Bento (2013) afirma que as pesquisas desse campo no Brasil, no geral, hegemonomizam o enfoque de problemáticas diretamente relativas às mulheres e secundarizam os estudos sobre a categoria masculinidade. Em revisão bibliográfica da produção acadêmica, a autora relata que a psicologia social é a área das ciências sociais que mais apresenta interesse na abordagem sobre mudanças ocorridas na identidade dos homens e que os principais temas abordados nas pesquisas são sexualidade, paternidade e violência.

Com vistas a ampliar esse escopo de discussão, apresentamos, neste trabalho, outro enfoque de revisão da produção acadêmica da categoria masculinidade, focalizando publicações de artigos científicos na área da Educação. A importância do desenvolvimento de pesquisas sobre a masculinidade, nos estudos de gênero no campo da Educação, é fundamental para que se discuta as hierarquizações entre masculino e feminino nos diferentes espaços educacionais, problematizando aspectos diversos das desigualdades entre meninos e meninas, como também de danos causados a meninos e jovens pela incorporação nociva da masculinidade tóxica.

O foco da revisão bibliográfica em artigos científicos, se justifica por reconhecermos a valorização na academia de publicações em periódicos com melhores qualificações no sistema Qualis/Capes. Além disso, os artigos publicados em periódicos também são textos com menor extensão frente às teses, possibilitando a leitura de discussões mais sintéticas das pesquisas, o que favorece a sua circulação e incrementa seu impacto acadêmico e social. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao acesso mais facilitado que os periódicos proporcionam, por exemplo, em comparação aos livros, que dependem de distribuição e impõem custos.

Contudo, o interesse pela realização do levantamento bibliográfico considerou também o potencial performativo dessas publicações e da produção acadêmica em geral na construção social das significações da masculinidade. Neste estudo, problematizamos as conceitualizações de masculinidade mobilizadas nos artigos revisados, destacando sua fundamentação teórica, como forma de abordar potenciais efeitos performativos das enunciações de masculinidade presentes nos textos acadêmicos contemporâneos no país. Antes de apresentarmos as conclusões desse estudo, expomos as linhas gerais do seu desenvolvimento, o que inclui a explicitação da sua base teórica.

### **Potencial performativo das publicações em periódicos**

A noção de performatividade desenvolveu-se pela leitura desconstrutora que o filósofo franco-argelino Jacques Derrida e a teórica feminista Judith Butler fizeram da teoria dos atos de fala, proposta pelo também filósofo John Austin.

Nessas leituras, Derrida (1991) e Butler (2009) reiteram a proposição de John Austin de que todos os enunciados são performativos, ou como coloca Pinto (2007, p.2), de que o performativo “torna-se predicado para qualquer enunciado, e, portanto, para a linguagem no geral. Definir a própria linguagem como performativa, se tomado radicalmente, traz à tona a ideia de que todos os enunciados, todos os atos de fala, tudo o que dizemos faz”. Reconhecer a dimensão performativa da linguagem implica, portanto, admitir a possibilidade de se produzirem efeitos pelo que se enuncia, gerando, desse modo, o que costumamos chamar de realidades.

A noção de performatividade é discutida por Derrida em conjunto com o quase-conceito<sup>[1]</sup> iterabilidade, que busca explicar os processos sociais de construção dos sentidos da linguagem. A iterabilidade diz respeito à significação que se constrói pela repetição, que, no entanto, é impossível em plenitude, uma vez que sempre há deslocamentos nos enunciados proferidos, ainda que com maior ou menor relevância contextual. Entretanto, ao enunciar algo, “restâncias” (DERRIDA, 1991, p. 22) de sentidos se fazem presentes, com algum nível de sedimentação nas significações, pois tais sentidos, ainda que estabilizados contingente e provisoriamente, não dependem exclusivamente do contexto imediato de sua enunciação.

O caráter performativo da linguagem, nas proposições de John Austin, também foi revisitado por Judith Butler, na obra não traduzida para o português *Excitable Speech*. Nessa publicação, Butler (2009) discutiu os efeitos performativos gerados pela linguagem de ódio, suas interpelações e a responsabilização pela repetição de tais discursos, a autoafirmação através da linguagem por pessoas não heteronormativas, assim como a enunciação da linguagem performativa do discurso político.

Postulamos, então, com base nas proposições de Jacques Derrida e Judith Butler, que as publicações acadêmicas apresentam potencial performativo socialmente relevante. Pesquisadores/as divulgam seus resultados de pesquisas a partir de publicações que circulam em diferentes segmentos da sociedade, o que afeta o entendimento das pessoas sobre temas diversos, com potencialidade de construção de realidade. Podem influenciar, por exemplo, o que a sociedade entende por gênero, sexualidade, masculino, feminino. Ademais, a mídia estabelecida, de forma recorrente, solicita a opinião de especialistas sobre temas diversos, e estes/as especialistas costumam ser pesquisadores/as, que têm, desse modo, seu trabalho divulgado para além dos contextos acadêmicos.

Por diferentes canais, portanto, as enunciações da pesquisa acadêmica, performativamente, participam da criação dos efeitos de realidade que constituem as sociedades. Enfatizamos, contudo, que entendemos que as iterações acadêmicas da masculinidade não definem sua significação, porém participam das ubíquas disputas sociais que se colocam em torno dessa definição, o que justifica a sua focalização.

A partir de tais entendimentos, revisamos artigos publicados em periódicos classificados pelo sistema Qualis/Capes em A1, A2, B1 e B2, conforme informado através da Plataforma Sucupira na avaliação do quadriênio entre 2013 e 2016 da área de Educação, no período de dez anos (2007-2017). No entanto, em acordo com Leite (2014, p. 157), enfatizamos que:

O recurso ao sistema Qualis não pretendeu responder a critérios de qualidade endossados pela pesquisa, mas, sim, à sabida valorização, por parte dos pesquisadores em geral, das revistas com melhor classificação nesse sistema. Trabalhamos com a suposição de que tal classificação tem, entre outros, o efeito de maior circulação dos conteúdos que veicula, bem como poder de atração dos textos de pesquisadores influentes, cujas formulações se multiplicam pelo trabalho de orientandos e colaboradores.

As revistas foram selecionadas com base nos seguintes critérios: buscamos aquelas voltadas a temáticas gerais da Educação; as que se especializam em questões de gênero e sexualidade (dado o enfoque na categoria masculinidade); e na área sociocultural e pedagógica da Educação Física, reconhecendo que a construção da masculinidade, com ênfase aos atributos de força, agressividade e virilidade a meninos e jovens, tem particular aproximação com as práticas corporais e esportivas (DUNNING, 1992), sobretudo no âmbito escolar (CONNELL, 2000).

Foram revisados 32 periódicos nacionais: *Cadernos Cedes; Cadernos de Pesquisa; Educação e Pesquisa; Educação e Realidade; Educação em Revista; Estudos Feministas; Revista Brasileira de Educação; Cadernos Pagu, Currículo sem Fronteiras; Educação em Questão; Revista de Educação (PUC-RS); Educação Unisinos; Revista de Educação Pública; Educação e Cultura Contemporânea; Práxis Educativa; Educação em Foco; Revista de Educação (PUC-Campinas); Revista de Educação (UFSM); Revista Teias; Perspectiva; Atos de Pesquisa em Educação; Educação e Linguagem; Educação em Perspectiva; Educação: teoria e prática; Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero; Movimento; Pensar a Prática; Revista Brasileira de Ciências do Esporte; Revista Brasileira de Educação Física e Esportes; Textura; Reflexão e Ação; Entreideias*. Foram considerados para o levantamento, mapeamento e problematização artigos originais e ensaios, realizando-se a busca a partir das palavras-chave *masculinidade/masculinidades*, o que resultou na seleção de 82 artigos.

Neste texto, discutiremos sobre a abordagem da noção de masculinidade identificada nos artigos selecionados, a partir do seguinte quadro geral: entre os 82 artigos selecionados, 32 se referiam à teoria da masculinidade hegemônica de Raewyn Connell e Michael Kimmel; 6 artigos recorreram à noção de dominação masculina de Pierre Bourdieu; 1 artigo tomou como referência a noção de masculinidade desenvolvida por Sócrates Nolasco; e 43 artigos não explicitaram fundamentação em teorizações específicas sobre a masculinidade. Organizamos a discussão da abordagem da masculinidade segundo a fundamentação teórica privilegiada nos artigos, por identificarmos que tais opções se relacionam a potencialidades performativas socialmente relevantes, conforme se verá a seguir.

## Teoria da masculinidade hegemônica

Os artigos que se fundamentaram na noção de masculinidade hegemônica (total de 32 textos) trouxeram diálogo com os estudos da socióloga australiana Raewyn Connell e do sociólogo estadunidense Michael Kimmel. 26 artigos basearam-se nos estudos de Connell, 2 artigos nas teorizações de Kimmel e 2 artigos referiram a autora e o autor.

O primeiro texto de Raewyn Connell sobre a masculinidade hegemônica, traduzido para o português, foi o artigo *Políticas da Masculinidade*, publicado pela *Revista Educação e Realidade* no ano de 1995. Entre vários aspectos, a socióloga problematizou o reconhecimento de “múltiplas formas de masculinidades” (CONNELL, 1995, p. 188) nas diferentes práticas sociais, influenciando sua enorme apropriação nas pesquisas sobre homens e masculinidades em diversas áreas do conhecimento, sobretudo na área da Educação.

Apesar de Raewyn Connell, neste mesmo texto, direcionar seu interesse principal, no que diz respeito à categoria masculinidade, para pesquisas que tivessem como foco o cenário econômico global e políticas públicas – “As práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escala da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres” (CONNELL, 1995, p. 186) –, a teorização da masculinidade hegemônica não explicita crítica à abordagem da questão em nível microssocial. Este texto foi citado em 25 dos artigos que se apoiaram em teorizações da masculinidade hegemônica, o que é interessante de se observar, posto que predomina, entre esses textos, o recorte microssocial de pesquisa.

Já as apropriações da teorização da masculinidade hegemônica por Michael Kimmel referiram o artigo intitulado *A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas*, publicado no ano de 1998 pela *Revista Horizontes Antropológicos*. A noção de masculinidade hegemônica, em Kimmel (1998), postula que o ideal hegemônico de masculinidade se constrói em oposição a outros modos de “ser homem”, tidos como desvalorizados na sociedade estadunidense, pela dinâmica mútua e desigual entre as masculinidades – hegemônicas e subalternas – em uma dada ordem social de classe e econômica, subdividida em gêneros. Muito próximo das construções propostas por Raewyn Connell, o autor estadunidense defende que as masculinidades são construídas em dois campos inter-relacionados de relações de poder: entre homens e mulheres – desigualdades de gênero – e nas relações de homens com outros homens – estas baseadas em marcadores como sexualidade, raça, classe, idade e outros, o que evidencia, segundo o autor, que o sexismo e a homofobia participam da construção social das masculinidades (KIMMEL, 1998). Também esse autor volta-se, prioritariamente, para abordagens de ordem macrossocial.

Entre as principais temáticas abordadas nos artigos que dialogam com Connell e/ou Kimmel, destacamos questões como fracasso e sucesso escolar de meninos e jovens (ARTES; CARVALHO, 2010; BANDERA, 2014; SEKENVICS; CARVALHO, 2015; BRITO, 2016), homens na docência (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2007; SABOYA; CARVALHO, 2007; MONTEIRO; ALTMANN, 2014; JAEGUER; JAQUES, 2017), sentidos do masculino no cotidiano escolar (CRUZ, 2014; BRITO; FREITAS; SANTOS, 2014; CAETANO; SILVA JÚNIOR; GOULART, 2016; NUNES, 2016; SEFFNER; SILVA, 2016) e a categoria masculinidade em duas disciplinas escolares: Física (JULIO; VAZ, 2009) e Educação Física (SILVA; BOTELHO-GOMES; GOELLNER, 2008; BRITO; SANTOS, 2013).

Foi recorrente nos artigos fundamentados pela teoria da masculinidade hegemônica a denúncia da sua dominância nos espaços educacionais, tais como as pesquisas de Silva, Botelho-Gomes e Goellner (2008), Brito e Santos (2013), Monteiro e Altmann (2014), Nunes (2016), entre outras que enfatizaram a subalternização daqueles que não se enquadravam no modelo hegemônico de masculinidade nas escolas. Em menor número, pesquisas como as de Ribeiro e Siqueira (2007) e Brito, Santos e Freitas (2014) mostraram sentidos de resistência à masculinidade hegemônica, ainda que enunciem a ocorrência de interpelações nos contextos escolares para que os sujeitos se enquadrassem ao modelo hegemônico.

Observa-se, portanto, que, ainda que masculinidades subalternizadas também tenham sido reconhecidas nesse processo de hierarquização, em posição de menor poder, mas também de resistência, os deslocamentos que provocavam não foram valorizados nessas iterações. Sem negar a importância da denúncia desse quadro, ponderamos que, paradoxalmente, reforçavam tais hierarquizações ao narrá-las como poder estabelecido, podendo contribuir para a produção de efeitos de realidade que reforcem os padrões normativos que buscam contestar.

## Teoria da dominação masculina

Totalizam-se, pelo mapeamento realizado, 6 artigos que se basearam na noção da dominação masculina do sociólogo francês Pierre Bourdieu. A primeira versão traduzida para o português sobre a dominação masculina chegou no Brasil em formato de artigo, com a publicação em dossiê sobre gênero e educação pela *Revista Estudos Feministas*, no ano de 1995, e a obra completa em livro, no ano de 2002. Pierre Bourdieu discute a dominação masculina presente nas estruturas sociais para denunciar um modo naturalizado e arbitrário de pensamento e organização social que, por relações desiguais de poder entre homens e mulheres, hierarquiza o masculino sobre o feminino em diferentes aspectos presentes nas sociedades contemporâneas.

O autor expõe na obra uma pesquisa etnográfica, realizada entre os anos de 1950 e 1960 na sociedade Cabila, localizada ao norte da África, discutindo a dominância do masculino em diferentes práticas, pautadas por esquemas de pensamento institucionalizados, que dicotomizavam, de maneira naturalizada e tácita masculino e feminino, dentro de um sistema de oposições homólogas, tais como: “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado)” (BOURDIEU, 2009, p. 16). O sociólogo francês aponta, então, como a dominação masculina se mantém presente em nossos modos de pensar, de se comportar, de falar, de agir, entre outros, fazendo com que a reprodução da ordem social androcêntrica e patriarcal

seja mantida e legitimada nas sociedades contemporâneas.

Destacamos os artigos de Santos et al. (2015) e Reina (2015), com discussões bem próximas, em que problematizaram como a construção de papéis masculinos essencializados trazia dificuldades cotidianas para a vida de jovens estudantes da educação básica e bailarinos, tanto no espaço específico da dança, como em situações cotidianas na Educação Física escolar. Nesse contexto, apontaram a dominância de uma masculinidade opressora nos espaços educacionais e, assim como se verifica nos textos fundamentados pela teoria da masculinidade hegemônica, dirigiram pouca atenção à possibilidade de performatização de deslocamentos nesse quadro.

Novamente se coloca um paradoxo na potencialidade performativa desses textos: ao invisibilizar a possibilidade de subversão dessa hierarquia pela performatização de masculinidades divergentes, reforçam-se sentidos sociais que colocam essa masculinidade dominante em posição de poder, sobretudo nas instituições de educação.

### **Masculinidade em Sócrates Nolasco**

Houve um único artigo que utilizou como referência o livro *De Tarzan a Homer Simpson: banalização da violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*, publicado em 2001, pelo professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sócrates Nolasco. Neste livro, Nolasco (2001), situando-se na ampla discussão travada na década de 1990, sobre a suposta crise da masculinidade, aborda aspectos da violência nas sociedades ocidentais contemporâneas, que têm os homens como principais vítimas, mas também como seus principais responsáveis. Trata das mudanças ocorridas nas representações de masculinidade em diferentes períodos da história do ocidente, através da figura dos heróis, passando por *Tarzan*, *Dom Quixote*, *Dom Juan*, até chegar ao personagem *Homer Simpson*, interpretado pelo autor como um herói fracassado e que representaria a decadência do homem branco e heterossexual contemporâneo.

O artigo de Santos (2015), baseando-se nas proposições de Sócrates Nolasco, abordou a masculinidade em dois desenhos animados: *As terríveis aventuras de Billy e Mandy* e *Os anjinhos*. Este texto problematizou importantes iterações sobre a categoria masculinidade ao destacar que, nos discursos dos referidos desenhos, foi possível visualizar construções que agem na produção de subjetividades masculinas diversas, que não se reduzem aos modelos normativos. As noções foucaultianas de poder, governo e controle também são referidas para discussão sobre as questões da masculinidade.

Ao focalizar a emergência de novas masculinidades, o artigo pode ter contribuído para a desestabilização dos modelos normalizadores do masculino, oportunizando efeito performativo que julgamos merecer atenção por parte da reflexão acadêmica.

### **Sem teorizações específicas sobre masculinidade**

Neste item, a discussão remete-se aos textos que não explicitaram teorizações sobre a categoria masculinidade, em um total de 43 artigos. Embora não de forma exclusiva, esses artigos, de uma maneira geral, aproximaram-se de perspectivas pós-estruturalistas para fundamentar suas proposições sobre a noção de masculinidade. Os filósofos Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatari e Jacques Derrida, os sociólogos Stuart Hall e Zygmunt Bauman, e as teóricas feministas Joan Scott, Judith Butler e Guacira Lopes Louro, autores/as reconhecidamente próximos/as aos estudos pós-estruturalistas, foram recorrentemente referidos/as para subsidiar os desenvolvimentos teóricos dos artigos mapeados neste item.

O conceito de gênero, tendo como base as teorizações da historiadora feminista Joan Scott, assim como sua leitura e interpretação pelas publicações de Guacira Lopes Louro, foi utilizado como referência para as discussões sobre a noção de masculinidade em 28 artigos deste agrupamento. Scott (1995), através do clássico texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, foi, portanto, a principal referência utilizada pelos/as pesquisadores/as em suas publicações sobre masculinidade para afirmar que o uso do termo gênero pode ser “utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75).

Entre estes artigos, destacamos a publicação de Barbosa (2016), que trouxe como discussão as masculinidades e feminilidades na educação matemática, e o artigo de Botton e Strey (2015), que denunciaram nos livros infantis a manutenção de papéis sociais masculinos e femininos normalizadores, entre suas personagens, nos diferentes contos e histórias. Entendemos que esses textos podem exemplificar a potencialidade da abordagem das questões da masculinidade em perspectiva relacional às feminilidades nas pesquisas, assim como defendeu Joan Scott.

Outro destaque foi a centralidade da masculinidade homossexual, que esteve abordada em 16 artigos analisados. As publicações de Seffner (2013) e Salles e Paraíso (2013), com enfoque no contexto escolar, pautaram-se na noção de heteronormatividade para discutir aspectos relacionados à norma e à regulação das masculinidades. Os autores/as citaram a noção de heteronormatividade em seus textos pelas proposições de Guacira Lopes Louro, pela teórica feminista canadense Déborah Britzman, e, de forma indireta, pela noção de dispositivo histórico da sexualidade de Michel Foucault: mergulham, portanto, em teorizações pós-estruturalistas para discutir a masculinidade, denunciando a subalternização daqueles que não se enquadram nos padrões que se colocam normativos nos contextos estudados.

A noção de performatividade de gênero, de Judith Butler, também esteve presente como fundamentação dos artigos que discutiram a masculinidade homossexual. Para Butler (2015), o gênero é performativo por meio da repetição de atos, gestos e movimentos corporais, regida pelas normas da heterossexualidade reprodutora, que busca nos enquadrar no binarismo masculino/feminino através da coerência sexo-gênero-desejo. Todavia, este é um processo contingente, que se

processa pela repetição/deslocamento da norma. Entre os artigos que fizeram esse diálogo, destacamos as publicações de Prado e Ribeiro (2014; 2016) e Prado (2017), que colocaram em evidência as experiências de estudantes homossexuais na Educação Física escolar, denunciando a homofobia cotidiana nas aulas. O artigo de Brito e Leite (2017), um ensaio teórico, também trouxe a masculinidade abordada pela noção de performatividade de gênero e pela perspectiva *queer* com focalização na Educação Física escolar. Em convergência parcial, os artigos de Gonçalves e Horta (2015), Lima e Salles (2014), Xavier Filha (2011), Sales e Paraíso (2011), Silva e Vieira (2009), Ferrari e Castro (2015), e Seffner e Figliuzzi (2011) também fizeram críticas aos modelos de masculinidades normativos nos espaços escolares, porém deram destaque a performatizações de novas masculinidades nos ambientes pesquisados [2].

Identificamos, portanto, significativa presença de abordagens de questões da masculinidade que não recorrem às teorias da masculinidade hegemônica, da dominação masculina ou a construções de autores/as, tal como de Sócrates Nolasco, direcionando-se a novos caminhos para essa reflexão na pesquisa em Educação, em diálogo com autores/as de perspectivas pós-estruturalistas. Observamos, ainda, nesses artigos, em comparação com aqueles referidos às teorizações destacadas, maior atenção a performatizações da masculinidade que se confrontavam com padrões heteronormativos no âmbito de suas pesquisas. Mantém-se a escrita da denúncia, porém torna-se mais frequente o destaque para expressões de resistência.

### Considerações finais

Em síntese, a revisão realizada apontou que as interlocuções teóricas para a discussão da noção de masculinidade nos artigos pesquisados foi diversa, ainda que a teoria da masculinidade hegemônica tenha tido importante presença, confirmando a sua posição como principal teorização de referência para as pesquisas desse campo de estudos.

Entretanto, nosso interesse na identificação do referencial teórico da noção de masculinidade, mobilizado nesses artigos, residia no questionamento do potencial performativo de tais textos, no que diz respeito às significações da masculinidade na ordem social. De um lado, ao negativizar a subalternização de masculinidades não normativas, por certo, tais textos jogam pela superação desse quadro; de outro, se a denúncia não é acompanhada da notícia da resistência, pode-se estar jogando pela consolidação do que se pretende combater, reiterando seu poder, ao invisibilizar seu enfrentamento cotidiano pela performatização de masculinidades outras.

A maior frequência de atenção às performatizações divergentes da masculinidade, entre estudos que dialogam com perspectivas pós-estruturalistas, talvez se justifique pelo entendimento da construção discursiva da realidade social postulado por essa perspectiva, o que levaria a maior abertura às ubíquas disputas que, cotidianamente, são travadas pelas significações de relevância política. Contudo, também foram numerosos os relatos de pesquisas desenvolvidas sob tais perspectivas que se restringiram à denúncia – ou seja, perspectivas pós-estruturalistas, ao radicalizarem o reconhecimento da complexidade da constituição das ordens sociais, podem favorecer melhor escuta às muitas e heterogêneas vozes que as disputam, porém, por certo, não teriam como garanti-la.

### Referências

- ARTES, A. C. A.; CARVALHO, M. P. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 41-74, jan./jun. 2010.
- BANDERA, N. D. Esforçados e ‘talentosos’: a produção do sucesso escolar na Escola Técnica Federal de São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 195-218, jul./set. 2014.
- BARBOSA, L. A. L. Masculinidades, feminilidades e educação matemática: análise de gênero sob ótica discursiva de docentes matemáticos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016.
- BENTO, B. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. Natal: UFRN, 2013.
- BOTTON, A.; STREY, M. N. O gendramento da infância através dos livros infantis: possíveis consequências em meninos e meninas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 915-932, set./dez. 2016.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.
- BRITO, L. T.; FREITAS, J. G. O.; SANTOS, M. P. “Não, Isso não é Coisa pra Homem”- Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 114-125, jan./jun. 2014.
- BRITO, L. T.; LEITE, M. S. Sobre masculinidades na Educação Física escolar: questões teóricas, horizontes políticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, p. 481-500, mai./ago. 2017.
- BRITO, L. T.; SANTOS, M. P. Masculinidades na Educação Física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/exclusão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 235-246, abr./jun. 2013.
- BRITO, R. S. Rapazes negros e pobres na educação de jovens e adultos: um estudo sobre a relação entre masculinidades e raça. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 2, p. 224-233, mai./ago. 2016.
- BUTLER, J. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2015.

CAETANO, M. R. V.; SILVA JUNIOR, P. M.; GOULART, T. E. S. Masculinidades hegemônicas e dissidências: tensões curriculares em cotidianos de escolas da periferia. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 214-232, jan./abr. 2016.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez., 1995.

CONNELL, R. **The men and the boys**. Berkeley: The University of California Press, 2000.

CRUZ, T. M. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 157-188, jan./mar. 2014.

DERRIDA, J. **Limited inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, N. (Org.). **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992, p.389-412.

FERRARI, A.; CASTRO, R. P. de. Diferenças, sexualidades e subjetividades em jogo no contexto escolar. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 40, p. 56-71, jan./mar. 2015.

GONÇALVES, J. P.; FARIA, A. H. Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos. **Educação, Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 25, n. 49, p. 282-297, mai./ago. 2015.

JAEGER, A. A.; JACQUES, K. Masculinidades e docência na educação infantil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, pp. 545-570, mai./ago. 2017.

JULIO, J. M.; VAZ, A. M. Representações de masculinidades latentes em aulas de Física do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 505, set./dez. 2009.

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LEITE, M. S. Performatividade: inscrições, contextos, disseminações. **Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, jan./jun, p. 141-165, 2014.

LIMA, M.T. O.; SALLES, L. M. F. Alterações de um olhar cristalizado, dos educadores para seus alunos e alunas. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 24, n. 45, jan./abr. 2014.

MONTEIRO, M.; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação no início da carreira docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 720-741, jul./set. 2014.

NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

NUNES, L. B. Cenas etnográficas para entender representações de masculinidades na escola. **Revista de Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 483-494, mai./ago. 2016.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **Delta**, São Paulo, v. 23, p. 1-26, jan./jun. 2007.

PRADO, V. M. Entre queerpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da Educação Física. **Práxis Educativa**, v. 12, p. 501-519, 2017.

PRADO, V. M.; RIBEIRO, A. I. M. Educação física escolar, esportes e normalização: o dispositivo de gênero e a regulação de experiências corporais. **Revista de Educação**, Campinas, v. 19, n. 3, set./dez. 2014.

PRADO, V. M.; RIBEIRO, A. I. M. Escola, homossexualidades e homofobia: rememorando experiências na educação física escolar. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 97-114, jan./abr. 2016.

REINA, F. T. A eternalização da dominação masculina na trajetória de vida de bailarino e jogadoras de futebol e a prática pedagógica no interior da escola. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 27, p. 199-211, jan./abr. 2014.

RIBEIRO, C. R.; SIQUEIRA, V. H. F. S. O novo homem na mídia: ressignificações por homens docentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr. 2007.

RODRIGUES, C. A. P.; MAZZOTTI, T. B. Representação social de gênero no fracasso escolar de meninos. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n. 48, p. 45-59, jan./abr. 2013.

SABOYA, M. C. L.; CARVALHO, M. P. Diretores de escolas e suas representações sobre seu trabalho: na interface de masculinidades e feminilidades. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 73-105, jan./abr. 2007.

SALES, S. R.; PARAÍSO, M. A. Juventude ciborgue e a transgressão das fronteiras de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 535, mai./ago. 2011.

SALES, S. R.; PARAÍSO, M. A. O Jovem Macho e a Jovem Difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 603-625, abr./jun. 2013.

SANTOS, R. F. et al. A dança como prática de lazer: algumas reflexões sobre homens, gênero e o balé clássico. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 18, n. 2, 2015.

SANTOS, S. O. de. Questões de gênero na produção cultural para crianças: desenhos animados "As terríveis aventuras de Billy e Mandy" e "Os Anjinhos". **Textura**, Canoas, v. 17, n. 34, mai./ago. 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SEFFNER, F.; FIGLIUZZI, A. Na escola e nas revistas: reconhecendo pedagogias do gênero, da sexualidade e do corpo. **Entreideias**, Salvador, n. 19, jan./jun. 2011.

SEFFNER, F.; SILVA, L. F. "Mind the trap": o menino, a escola e a folha de alface. **Revista de Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, set./dez. 2016.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 944-968, out./dez. 2015.

SILVA, P.; BOTELHO-GOMES, P.; GOELLNER, S. V. Educação Física no sistema educativo português: um espaço de reafirmação da masculinidade hegemônica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 219-233, jul./set. 2008.

SILVA, A. F.; VIEIRA, J. S. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, p.185-200, jul./dez. 2009

XAVIER FILHA, C. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p. 591-603, mai./ago. 2011.

[1] Com a noção de quase conceito e/ou indecidível, Derrida (1991) busca responder à impossibilidade da universalização dos conceitos, desconstruindo assim fundamento importante da lógica do pensamento metafísico – pensamento binário, polarizado e hierarquizado. São noções referentes a teorizações que visam tratar da instabilidade dos significados e, coerentemente, não poderiam se estabilizar em algum conteúdo apriorístico à sua enunciação.

[2] Cabe registrar também que houve artigos mapeados nesta sessão não se pautaram pelas perspectivas pós-estruturalistas. Por exemplo, Rodrigues e Mazzotti (2013) discutiram o fracasso escolar de meninos no espaço escolar, utilizando-se de autoras feministas não identificadas com os estudos pós-estruturalistas, tais como Fúlvia Rosemberg, Rosimeire Brito e Marília Pinto de Carvalho. Este artigo também se utilizou de algumas proposições de Raewyn Connell, do livro *The men and the boys*, mas sem se remeter à teoria da masculinidade hegemônica. Trata-se de artigos que mencionam a noção de masculinidade de forma secundária, posto que seu foco recai sobre outras temáticas.